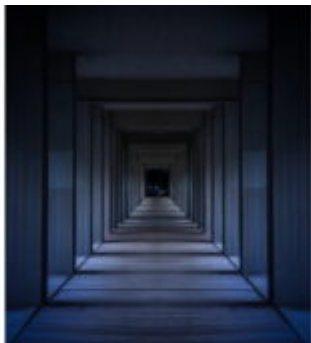


Os superegos vigilantes



Por **CHRISTIAN INGO LENZ DUNKER***

“Fascismo”, “nazismo” e “perversão” na crítica política.

Desde que Bolsonaro chegou ao poder, e mesmo antes disso, muitos vêm comparando sua trajetória política com o fascismo, com o nazismo e com a figura clínica da perversão como maneira de alertar para o mal que seu governo representa para o espírito e para a sociedade brasileira. Assim como ninguém se diz racista, ninguém se reconhecerá nazista, com as exceções notáveis de sempre. No entanto, esse argumento, que se poderia chamar argumento do pior, vem sendo neutralizado por um certo neoliberalismo digital complacente, sempre disposto a ir um pouco além na tolerância e na administração do sofrimento humano. Foi nesse contexto que os anos 1990 viram aparecer a lei de Godwin, que afirma: “À medida que uma discussão online se alonga, a probabilidade de surgir uma comparação envolvendo Adolf Hitler ou os nazistas tende a 100%.”

Segundo essa ilação satírica, o ponto de Godwin é o momento exato em que alguém, exaurido em seus argumentos, passa a ofender o outro com a pior das analogias. O surgimento de comparações exageradas poderia assim funcionar como uma espécie de pedido indireto para a interrupção da conversa. Em 2018, para surpresa geral, o próprio Mike Godwin, criador da lei, [veio a público](#) para dizer que a lei continua valendo, mas que é correto chamar Bolsonaro de nazista.

No contexto geral de luta pela deposição de Bolsonaro e pela redemocratização do país, muitos são aqueles que parecem ter reservado para si o uso de categorias críticas, como se elas não devessem ser usadas quer pela consideração da autoridade de quem enuncia a crítica, quer pela banalização de fenômenos totalitários, quer pela sua imprecisão histórica. Tudo se passa como se o emprego de uma destas categorias quaisquer pudesse ser traduzido por uma expressão simples do tipo: “Você é um radical tomado por suas crenças (assim como quem você critica)”. Desta forma, o argumento só confirma as crenças do grupo de quem o enuncia e afasta mais ainda o grupo que se quer conquistar ou incitar a uma mudança de opinião.

Para outros, mais estratégicos, trata-se de evitar esse argumento porque ele é uma espécie de tudo ou nada, que representa por si só o que não se deve negociar, ceder ou contemporizar, no sentido estrito da antipolítica. Desta forma, a argumentação não é eficaz pois aqueles que já pensavam assim antes permanecem onde estão e os outros, envolvendo desde conservadores arrependidos, liberais enganadas até religiosos fundamentalistas e antipetistas reativos, não sairiam do lugar. Ademais, incitamos a confirmação de que a esquerda continua radical como antes, arrogante e dona da verdade.

Um terceiro grupo dirá que há inexistência, posto que nem todas as condições políticas do fascismo europeu dos anos 1930 estão dadas, assim como nem todos os quesitos para perversão estão atendidos, ou que as melhores condições de diagnóstico não estão disponíveis. Eis aqui como a ciência pode tornar-se irresponsável por excesso de responsabilidade. Pesquisadores de bancada e intelectuais orgânicos se recusaram a sujar as mãos com o mundo empírico da política, enquanto outros, também irresponsáveis, criavam entre sombras o gabinete paralelo da saúde.

Tais objeções são retoricamente pertinentes, mas até onde elas escondem um compromisso com o colaboracionismo? Por exemplo, o analista político Michel Gherman foi [repreendido publicamente](#) pelo presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro, por ter se referido aos bolsonaristas como nazistas. Ou seja, alguém com uma larga experiência no uso político de expressões religiosas, como *shoa* e *nakba*, que se dedicou ao entendimento histórico e conceitual do nazismo, pode ser assim desqualificado por um representante religioso? Quando um candidato à presidência diz que: “as minorias devem se

adaptar ou desaparecer”, isso deveria ter ativado um botão histórico de emergência e alerta contra a repetição.

O caso levanta um outro aspecto do problema, ou seja, instituições e pessoas, que acreditam possuir para si o sentido e o domínio do uso de certas palavras. Quando produzi [material técnico para o processo de impeachment](#) de Bolsonaro, movido pela Academia Paulista de Direito, tive que ouvir de colegas que não se deve politizar diagnósticos. Assim também quando nosso grupo da USP publicou uma [série de textos](#) mostrando como o bolsonarismo retomava vários dos elementos do fascismo, ouvimos que isso não era um problema, pois se nem todos os elementos do fascismo estavam presentes estávamos cometendo um abuso conceitual.

O que se destaca nesses comentários é o desentendimento cabal de que experiências como o nazismo e o fascismo têm uma história. Isso significa que elas se transformam com o tempo, assumem novas máscaras e criam aliados. Mas isso não muda o fato de que Auschwitz não é apenas um acontecimento excepcional, mas é também um paradigma do que não deve se repetir. De Adorno a Agamben, insistimos no fato de que os campos de concentração não são um efeito do fato de que, repentinamente, milhões de alemães se tornaram perversos e que isso aconteceu, como diz Gherman, a partir de 1933 quando Hitler ascendeu ao poder, e não em 1941 quando o sistema de extermínio e a formulação da solução final foi proposta. O paradigma dos campos é um paradigma justamente porque ele se aplica fora de si mesmo, ao racismo, ao sexismo, à homofobia, à xenofobia e a tudo o mais, nos laços de produção e reprodução social, que possua estrutura de segregação.

Em 2015, muito antes da própria candidatura Bolsonaro, [fiz uma coluna](#) no blog da Boitempo dizendo que ele deveria pedir desculpas imediatas à deputada Maria do Rosário a quem disse “não te estupro porque você não merece”. Pedir desculpas a todos os brasileiros e, de preferência, procurar ajuda psicológica imediata. Vários amigos também consideraram um exagero quando disse que um psicanalista não pode votar neste sujeito, pois se outras profissões e formações não exigem rigor de escuta e entendimento do que é um discurso, a ponto de reconhecer seu potencial de periculosidade e violência, nós somos formados eticamente para isso. Aquele que não consegue ver isso diante de seus olhos é melhor que se retire do ofício. A incapacidade de perceber que “isso vai dar naquilo”, que “1933 dá em 1941” e que “a abertura para as armas dá em crise de vacinas” é um indício sério de quem pensa por exemplos e não por conceitos. Para esses “enquanto não tiver bigode e câmara de gás, com Ziklon B, então ainda não é nazismo”. Para esses eu digo: “volte atrás agora, senão a vacina de Nuremberg vai chegar para você amanhã”.

A apropriação de termos e conceitos, quando não de palavras, é um problema político curioso porque cria por um lado especialistas e estudiosos que não devem se pronunciar e, do outro, comunidades de gosto, religiosos e não-políticos, que adquirem a propriedade, marca patente e prerrogativa de uso.

Há aqui em curso algo mais complicado do que apenas os territórios e as políticas discursivas de silenciamento e tolerância seletivas. Há o efeito do trauma representado em cada uma destas expressões. O trauma facilmente cria os seus superegos vigilantes para se reproduzir. Ele silencia e desautoriza a experiência como coletiva, individualizando seus atores. Ele torna invisível o retorno de sua violência por meio de um pequeno trabalho de maquiagem, também chamado por Freud de “deformação simbólica”. Ademais, o trauma se repete. Daí a importância de que nazismo, fascismo e perversão (no que ela carrega de traumático ao seu redor) têm estrutura de repetição. A maneira pela qual se interrompe tal repetição demanda um processo de memória completamente diferente do que vemos com os modos de lembrar.

Estive recentemente num debate com Ilana Feldman e Felipe Poroger sobre como os alemães estão lidando com essa repetição do trauma por meio de uma nova linguagem fílmica. São filmes que permitem entender como o enquadre, o regime de ficcionalização-factualização e a separação entre e nomeação e o Real são elementos elaborativos de traumas históricos.

Por exemplo, em *Colegas* (Janis Kieffer, 2020) percebemos como a terceira geração de descendentes do nazismo pode agora falar disso sem cair no monumentalismo e no descritivismo que caracterizam os primeiros tempos de elaboração do *Auschwitz nunca mais*. Dois trabalhadores rurais são apresentados confeccionando suásticas nazistas e outros artefatos em um quadro de apatia e alienação. Logo nos damos conta que se trata de “mais um filme sobre o nazismo”. Mas a nossa indiferença é rompida quando se trata de testar o forno de extermínio. Mesmo sabendo que se trata apenas de um pórtilho, sem fundo e malfeito, os personagens são tomados por um silencioso instante de mal-estar infinito quando o diretor de cena esbraveja para que o prisioneiro número 6, vestido a caráter, entre no forno. É só neste momento que os atores parecem despertar para o tom insólito dado ao tratamento do tema, ou seja, o ponto em que a brincadeira foi longe demais.

Ou seja, não é apenas pelo uso rigoroso e conceitual dos termos que uma experiência se elabora, mas também pela irreverência respeitosa da deformação trazida pela arte, permitindo que emergja um novo fragmento de verdade em meio à apatia.

No segundo curta, *A Mentira* (Rafael Spínola e Klaus Diehl, 2020) vemos como é possível recorrer ao amor, narrativizar o trauma. Um espião da Stasi retrata objetivamente os pormenores da vida de um casal em um monótono documentário com apresentação de slides com cômodos vazios e resíduos de uma festa. Não aparecem personagens, apenas hipóteses sobre o que poderia ter acontecido. Contudo, ao final o relatório de espionagem serve de suporte para uma carta de amor. Essa carta de amor, escrita no rodapé do informe do perito, é o foco do documentário sobre o documentário, feito 30 anos depois, e que explora o trauma do amor ligado pela afinidade de angústia.

Em *Aquele que Cruzou o Mar* (Jonas Riemer, 2020), acompanhamos a trajetória de um fugitivo da Alemanha Oriental que se torna, ele mesmo, um policial perseguidor de imigrantes ilegais. Mas é só quando ele se escuta, fazendo perguntas-chaves, no contexto de interrogatórios que a temporalidade do trauma pode ser refeita, percebendo no outro os sonhos que um dia foram os nossos.

É preciso incorporar o silêncio dos sobreviventes, renovar nomeações, recolher versões e trabalhar para que certas palavras se separem da moldura imóvel do museu: “nazismo”, “fascismo” e “perversão”. Precisamos nos interrogar sobre o que significam tais palavras hoje, sem que elas se fechem em uma reconciliação encobridora ou se tornem propriedade de alguns, pois elas pertencem a todos nós. Além disso, é muito importante dar lugar ao sem-sentido. Daí que seja preciso certo humor, paródia e ironia construtiva para evitar o complexo de superioridade moral de vencidos e vencedores.

[Annette Wieviorka](#) lembra como a narrativa que hoje temos do holocausto deve-se muito a um documentário algo sensacionalista produzido para uma série de televisão, em 1978. Considerado kitsch e de mal gosto por sobreviventes, como Elie Wiesel, ainda assim inspirou a construção, durante o governo Jimmy Carter, do Museu Memorial do Holocausto, em Washington D.C., e a revogação da lei de anistia aos que participaram como burocratas e tecnocratas do holocausto. Ainda que imprecisa e pouco rigorosa, e talvez por isso mesmo, a série televisiva inspirou uma onda de coleta de novos testemunhos. A própria redefinição da experiência dos campos de extermínio como “holocausto” ou como “*shoah*” procede do desejo de dizer: “não foi assim”, ou seja, de dizer mais uma vez, de dizer melhor, aquilo que nos escapa representar em toda sua extensão. A própria aparição do filme *A Lista de Schindler* (Spielberg, 1993) é outro capítulo deste processo. Ainda que agora os testemunhos tendam à conciliação, com cada qual a “colocar uma pedra em cima do ocorrido” em memória dos homens justos, haverá aquele que dirá que outras versões virão. Teria sido melhor que o filme não tivesse existido por causa disso?

Ou seja, o trabalho de correção, a elaboração de versões mais rigorosas, o debate para definir o escopo destas palavras parece ser um caminho melhor do que o uso restrito, corporativo e administrado. A história se move para outro patamar quando ela se refaz e quando encontramos nela matéria de resistência e memória para reinvenção do presente.

***Christian Dunker** é professor titular do Instituto de Psicologia da USP. Autor, entre outros livros, de *Litorais do patológico (Nversos)*.

Publicado originalmente no [blog da Boitempo](#).